

# **Recurso Extraordinário e Recurso Especial**

(PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE NO NOVO C.P.C.)  
DE ACORDO COM A LEI 13.256, DE 4/2/2016

**2017**

Artur César de Souza

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL**  
**(PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE NO NOVO C.P.C.)**  
**DE ACORDO COM A LEI 13.256, DE 4/2/2016**  
© Almedina, 2017

AUTOR: Artur César de Souza  
DIAGRAMAÇÃO: Almedina  
DESIGN DE CAPA: FBA  
ISBN: 978-858-49-3236-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Artur César de  
Recurso extraordinário e recurso especial:  
(pressupostos e requisitos de admissibilidade no novo  
C. P. C.): de acordo com a Lei 13.256 de 4/2/2016/  
Artur César de Souza. – São Paulo: Almedina, 2017.  
Bibliografia  
ISBN: 978-85-8493-236-8  
1. Processo civil – Brasil 2. Recursos (Direito) –  
Leis e legislação – Brasil 3. Recurso especial – Brasil  
4. Recurso extraordinário – Brasil I. Título.

17-06798

CDU-347.957(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recurso especial: Direito processual  
347.957(81)
2. Brasil : Recurso extraordinário: Direito processual  
347.957(81)

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Setembro, 2017

EDITORA: Almedina Brasil  
Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil  
editora@almedina.com.br  
www.almedina.com.br

0100105001

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	37
2. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....	41
3. MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE....	53
4. ANTECEDENTE HISTÓRICO NO BRASIL DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COMO MEIO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	63
4.1. Natureza ‘objetiva’ do recurso extraordinário.....	76
5. ORIGEM DO ‘RECURSO ESPECIAL’ DE COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	81
6. SISTEMAS RECURSAIS DAS CORTES SUPERIORES NO DIREITO COMPARADO .....	87
6.1. Sistema francês .....	88
6.1.1. Corte de Cassação.....	88
6.1.2. Conselho Constitucional ( <i>Conseil Constitutionnel</i> ) .....	92
6.2. Sistema alemão .....	93
6.2.1. Tribunal Constitucional Federal .....	93
6.2.2. Tribunal Federal de Justiça ( <i>Bundesgerichtshof, BGH</i> ).....	95
6.3. Sistema italiano .....	97
6.3.1. Corte de Cassação.....	97
6.3.2. Corte Constitucional ( <i>Corte Costituzionale</i> ).....	100

6.4. Sistema português.....	102
6.4.1. Supremo Tribunal de Justiça .....	102
6.4.2. Tribunal Constitucional .....	106
6.5. Sistema espanhol.....	114
6.5.1. Tribunal Supremo.....	114
6.5.2. Tribunal Constitucional .....	117
 7. PRECEITOS NORMATIVOS PROCEDIMENTAIS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL NO NOVO C.P.C.....	 123
7.1. Competência para realização do juízo de admissibilidade do recurso especial ou extraordinário no novo C.P.C.....	125
7.2. Forma e requisitos para interposição do recurso extraordinário ou especial. ....	133
7.2.1. Requisitos Constitucionais para interposição de recurso extraordinário e recurso especial .....	135
7.2.1.1. Natureza jurídica do órgão jurisdicional que decidiu a causa objeto do recurso especial ou extraordinário .....	135
7.2.1.1.1. Decisão de única ou última instância para efeito de recurso extraordinário .....	136
7.2.1.1.1.1. Natureza jurídica do órgão jurisdicional .....	136
7.2.1.1.1.2. Decisão única ou última instância – decisão monocrática ou de relator. ....	137
7.2.1.1.1.3. Decisão de única ou última instância – análise de incidência de inconstitucionalidade.....	139
7.2.1.1.1.4. Decisão de única ou última instância – Turma Recursal, Turma Regional de Uniformização (TRU) e Turma Nacional de Uniformização (TNU) .....	141
7.2.1.1.2. Decisão de única ou última instância para efeito de recurso especial .....	159
7.2.1.1.2.1. Natureza jurídica do órgão jurisdicional .....	159
7.2.1.1.2.2. Qualificativa “Tribunal” – juízo de primeiro grau e Turma Recursal dos juizados especiais, Turma Regional e Turma Nacional de Uniformização .....	161
7.2.1.1.2.3. Incidente de uniformização de jurisprudência e reclamação ao S.T.J. no âmbito dos juizados especiais federais e estaduais.....	164

7.2.1.2. Causa decidida em única ou última instância.....	177
7.2.1.2.1. Causa decidida em única instância.....	177
7.2.1.2.2. Causa decidida em última instância.....	179
7.2.1.3. Exaurimento da instância recursal como pressuposto para interposição do recurso extraordinário e especial.....	184
7.2.1.4. Impossibilidade de análise e revisão de prova – distinção entre ‘questão de fato’ e ‘questão de direito’ .....	192
7.2.1.5. Correção da injustiça do julgado recorrido.....	218
 <b>8. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....</b>	 227
8.1. Recurso extraordinário – causa de pedir aberta.....	227
8.2. Hipóteses constitucionais que fundamentam a interposição do recurso extraordinário .....	235
8.2.1. Decisão recorrida contraria dispositivo da Constituição.....	236
8.2.1.1. Direito pré-constitucional .....	236
8.2.1.2. Contrariar dispositivo da Constituição .....	240
8.2.2. Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal .....	243
8.2.2.1. Tratado .....	243
8.2.2.2. Lei Federal .....	265
8.2.3. Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição .....	266
8.2.4. Julgar válida lei local contestada em face de lei federal .....	269
 <b>9. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL .....</b>	 277
9.1. Causas decididas em única ou última instância .....	277
9.1.1. Causa decidida em única ou última instância e tutela provisória....	281
9.2. Contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência .....	285
9.2.1. <i>Tratado</i> .....	292
9.2.2. Lei Federal .....	310
9.3. Der à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal .....	314
 <b>10. REQUISITOS DA PETIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL .....</b>	 323
10.1. A exposição do fato .....	323

10.2. Exposição do direito .....	326
10.3. Demonstração do cabimento do recurso interposto. ....	331
10.3.1. Prequestionamento .....	331
10.3.1.1. Prequestionamento expresso e implícito .....	333
10.3.1.2. Embargos de declaração e o prequestionamento implícito .....	340
10.3.1.3. Prequestionamento e questão debatida no voto-vencido .....	353
10.3.1.4. Prequestionamento e recurso interposto por terceiro interessado .....	354
10.3.1.5. Prequestionamento e questões de ordem pública .....	355
10.3.1.6. Prequestionamento e Turma Nacional de Uniformização .....	364
10.4. As razões do pedido de reforma ou de invalidação da decisão recorrida .....	365
10.5. Recolhimento de custas e requerimento de gratuidade de justiça .....	366
10.5.1. Do preparo .....	366
10.5.2. Gratuidade de justiça .....	376
10.6. Dissídio jurisprudencial – repositório de jurisprudência .....	382
 11. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL – NÃO CONHECIMENTO – MOTIVAÇÃO .....	 391
 12. DESCONSIDERAÇÃO DE VÍCIOS FORMAIS – POSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO .....	  393
 13. SUSPENSÃO NACIONAL DOS PROCESSOS QUE TENHAM POR OBJETO QUESTÃO SUJEITA AO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	  405
 14. ÓRGÃO LEGITIMADO PARA CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	 407
 15. PRAZO, TRAMITAÇÃO, ADMISSIBILIDADE E REMESSA DOS RECURSOS ESPECIAIS OU EXTRAORDINÁRIOS .....	 417
 16. TRAMITAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU ESPECIAL NO TRIBUNAL RECORRIDO .....	 431
 17. NEGATIVA DE SEGUIMENTO, JUÍZO DE RETRATAÇÃO, ADMISSIBILIDADE E NÃO ADMISSIBILIDADE A RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	  435

18. RECURSO CABÍVEL CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE OU VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL RECORRIDO NA HIPÓTESE DE NÃO SEGUIMENTO OU DE NÃO ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO OU DO RECURSO ESPECIAL .....	451
18.1. Hipóteses em que não se admite a interposição de qualquer recurso ...	451
18.2. Negativa de seguimento e recurso cabível .....	455
18.3. Sobrestamento de recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo e o recurso cabível .....	456
18.4. Juízo negativo (de não admissibilidade) e recurso cabível .....	457
19. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E RECURSO NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	463
19.1. Do recurso extraordinário nos juizados .....	464
19.2. Recurso cabível contra decisão que não admite ou nega seguimento ao recurso extraordinário no âmbito dos juizados especiais .....	472
19.3. Recurso cabível contra decisão que não admite ou nega seguimento ao pedido de uniformização nos juizados especiais federais .....	475
19.4. Reclamação ao S.T.J. ou ao S.T.F. ....	476
20. INTERPOSIÇÃO SIMULTÂNEA DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO – CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS .....	493
20.1. Obrigatoriedade de interposição conjunta de recurso especial e extraordinário .....	494
20.2. Matéria constitucional suscitada em recurso especial .....	495
20.3. Conclusão do julgamento do recurso especial .....	499
20.4. Prejudicialidade do recurso extraordinário em relação ao recurso especial	499
21. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	503
22. ADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL – APLICAÇÃO DO DIREITO – <i>JURA NOVIT CURIA</i>	509
23. DA REPERCUSSÃO GERAL – NOTA INTRODUTÓRIA .....	515
23.1. Diferenciação entre repercussão geral e recurso extraordinário repetitivo .....	520

23.2. Demonstração da existência de repercussão geral para apreciação exclusiva do S.T.F. ....	520
23.3. Circunstâncias que denotam a existência de repercussão geral .....	524
23.4. Repercussão geral presumida .....	528
23.5. Do procedimento normativo para análise da repercussão geral .....	542
23.6. Participação de terceiro na análise da repercussão geral .....	545
23.7. Reconhecimento da repercussão geral – suspensão dos demais processos .....	546
23.8. Exclusão de processo do sobrestamento .....	548
23.9. Recurso contra decisão que indeferir a retirada do processo do sobrestamento .....	550
23.10. Consequências jurídicas da negativa da repercussão geral .....	551
23.11. Prazo máximo de sobrestamento dos processos em face da repercussão geral .....	551
23.12. Súmula da decisão sobre repercussão geral .....	552
 24. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR SOBRE A ADMISSIBILIDADE OU NÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL .....	 553
 25. RECURSO ADESIVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	 559
 26. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MODO RETIDO .....	 565
 27. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO REPETITIVO .....	 567
 28. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO ANTES DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	 569
 29. DO DIREITO <i>INTERTEMPORAL</i> . – TRANSIÇÃO ENTRE O C.P.C. DE 1973 E O NOVO C.P.C. EM RELAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO .....	 573



30. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO .	587
30.1. Considerações gerais .....	587
30.2. Hipóteses em que cabe o agravo em recurso especial e extraordinário ...	588
30.3. Órgão jurisdicional competente para interposição do agravo .....	592
30.4. Prazo para interposição e resposta do agravo .....	593
30.5. Processamento do agravo .....	593
31. REFERÊNCIAS .....	607